



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2336

PROCESSO

Nº 30/2011

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença Ambiental Prévia, com base no Parecer Técnico nº 022/14/IPSR para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: ESTRE AMBIENTAL S/A

CNPJ: 03.147.393/0001-59

LOGRADOURO: AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK Nº 1830 - 3º ANDAR

BAIRRO: ITAIM BIBI

MUNICÍPIO: SÃO PAULO

CEP: 04543-900

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO EM REGIME DE CODISPOSIÇÃO COM RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E INDUSTRIAIS CLASSES IIA E IIB DO CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - CGR PAULÍNIA

LOGRADOURO: ESTRADA MUNICIPAL PLN 190 S/Nº - BAIRRO PARQUE DA REPRESA

MUNICÍPIO(S): PAULÍNIA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO ATERRO EM REGIME DE CODISPOSIÇÃO COM RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E INDUSTRIAIS CLASSES IIA E IIB, COM CAPACIDADE DE RECEBIMENTO DE 5.000 T/DIA DE RESÍDUOS, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE CERCA DE 10.800.000 M³ E VIDA ÚTIL ESTIMADA EM 7 ANOS E 10 MESES.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 15/04/14

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fl. 01/04

PROCESSO

Nº 30/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2336

Para a continuidade do licenciamento ambiental o empreendedor deverá apresentar para análise e aprovação da CETESB o cumprimento das seguintes exigências:

**1 - Por ocasião da solicitação de Licença de Instalação – LI**

1.1 - Solicitar autorização para supressão de 6.446 m<sup>2</sup> de vegetação nativa secundária em estágio sucessional inicial de regeneração e corte de 196 árvores isoladas fora de Área de Preservação Permanente – APP e intervenção em 8.854 m<sup>2</sup> na APP do afluente do contribuinte do Córrego da Fazenda do Foguete, incluindo supressão de 2.372 m<sup>2</sup> de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. Salienta-se que com relação ao corte das árvores isoladas deverá ser considerada a Decisão de Diretoria n° 287/2013/V/C/I de 11.09.2013 que dispõe sobre procedimentos para a autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados.

1.2 - Apresentar Programa de Recomposição Vegetal detalhado, contemplando a recuperação da mata ciliar do contribuinte do Córrego da Fazenda do Foguete e a cortina vegetal (barreira vegetal), conforme proposto no EIA, devendo ser apresentado juntamente com o respectivo cronograma de implementação e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável.

1.3 - Indicar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do aterro, as potenciais áreas de destinação do solo excedente, a revisão do balanço volumétrico e os ensaios geotécnicos que comprovem a adequabilidade do solo das áreas de empréstimo para os fins a que se destinam.

1.4 - Apresentar manifestação do IPHAN, quanto ao atendimento do Parecer Técnico n° 126/12/IPHAN/SP emitido pelo IPHAN em 03.04.2012, referente ao desenvolvimento de Projeto de Levantamento Prospectivo (interventivo) a ser executado mediante a edição de portaria de permissão de pesquisa.

1.5 - Apresentar Plano de Controle Ambiental das Obras detalhado, contemplando as medidas mitigadoras e de controle apropriadas, a indicação dos responsáveis pela sua implementação e suas atribuições gerenciais, além do cronograma de implementação e os registros fotográficos e descritivos das atividades realizadas. Incluir nesse Plano a gestão das áreas de obtenção e de armazenamento temporário do solo utilizado ao longo da instalação e operação do empreendimento.

1.6 - Apresentar no âmbito do projeto executivo da ampliação do aterro, os projetos específicos de drenagem e terraplenagem (contendo os elementos constituintes e a localização em planta), barreiras físicas e o detalhamento da operação do empreendimento.

1.7 - Apresentar um Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna (avifauna, mastofauna e herpetofauna) detalhado, contemplando: justificativa das espécies selecionadas; esforço amostral; campanhas com periodicidade trimestral; métodos empregados; medidas preventivas e corretivas, incluindo as propostas apresentadas no EIA; identificação de não conformidades; localização dos pontos de coleta plotados em mapa (cartografia oficial, imagem de satélite ou foto aérea) com escala compatível; cronograma de implementação; Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do(s) profissional(is) responsável(is). Salienta-se que a periodicidade de emissão dos relatórios fotográficos e descritivos de andamento devidamente interpretados deverá ser semestral.

1.8 - Apresentar um Programa detalhado de Minimização de Incômodos à População e Risco de Acidentes a ser implementado durante a instalação e operação do empreendimento, contemplando além das medidas, no mínimo: manutenção periódica da via de acesso considerando o tráfego de caminhões transportadores de resíduos ao empreendimento, treinamento dos motoristas quanto à direção defensiva e o atendimento das normas de trânsito vigentes para o deslocamento nas vias externas e internas ao empreendimento; sinalizações dos acessos à obra. Tal Programa deverá contemplar a indicação da periodicidade de emissão de relatórios fotográficos e descritivos de andamento devendo ser elaborado por profissional habilitado. Além disso, tal Programa deverá contemplar as medidas propostas no âmbito do Plano de Controle e Prevenção de Acidentes, do Programa de Manutenção de Máquinas e Equipamentos e do Programa de Recebimento de Resíduos Sólidos.

1.9 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do aterro, mapa potenciométrico da área da ampliação, bem como o perfil geológico-geotécnico incluindo os perfis da escavação projetada e a representação da linha piezométrica do subsolo em função dos níveis d'água identificados nos poços de monitoramento e nas sondagens a serem realizadas na área da ampliação. As sondagens devem ser realizadas em época de maior precipitação pluviométrica da região.

.../...

RECEBUELA DE  
5.10.12  
CETESB COMPANHIA  
AMBIENTAL DO  
ESTADO DE  
SÃO PAULO  
216376



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fl. 02/04

PROCESSO  
Nº 30/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2336

1.10 - Apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do aterro, o detalhamento do sistema de impermeabilização inferior, composto por camada de solo compactada com espessura mínima de 0,60 m com um coeficiente de permeabilidade em torno de 10-6 cm/s e dos demais sistemas de proteção ambiental previstos (drenagem de águas superficiais, de líquidos percolados e de gases) contemplando o plano de avanço (fases) da ampliação do empreendimento. O Projeto Executivo deverá ser elaborado em conformidade com as normas da ABNT NBR 8419:1992 - Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos - Procedimento e NBR 13896:1997 - Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação - Procedimento da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

1.11 - Apresentar um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas detalhado, a ser implementado durante a operação da ampliação e após o encerramento do empreendimento. Tal Programa deverá contemplar os aterros existentes e a ampliação com a indicação, em planta planialtimétrica, da localização dos poços de monitoramento a serem implantados.

1.12 - Apresentar relatório consolidado referente ao atendimento das questões de investigação de passivos ambientais na área do aterro existente e da área de ampliação e caso seja confirmada a contaminação, o interessado deverá dar prosseguimento ao gerenciamento de área contaminada de acordo com o Decreto Estadual nº 59.263 de 05.06.2013 que regulamenta a Lei nº 13.577 de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas e compatibilizar as obras de implantação do novo aterro com tal gerenciamento.

1.13 - Apresentar no âmbito do projeto executivo da ampliação do aterro, o dimensionamento do armazenamento dos líquidos percolados por no mínimo 03 dias.

1.14 - Apresentar um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais detalhado, a ser implementado durante a operação do empreendimento e após o seu encerramento, contemplando a indicação em planta planialtimétrica da localização dos pontos de coleta e dos corpos hídricos propostos.

1.15 - Apresentar o Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos detalhado, contemplando: inspeções visuais periódicas e sistemáticas; a localização dos instrumentos em planta planialtimétrica; os valores de alerta em função dos deslocamentos e níveis piezométricos/pressão de gás; as medidas preventivas, mitigadoras e de controle a serem adotadas para cada etapa do projeto; os responsáveis pela implantação e suas atribuições gerenciais; as formas de monitoramento e controle; as formas de registro; e o cronograma de implementação.

1.16 - Apresentar um Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna detalhado visando a segurança aeroportuária, a ser implementado durante o período de operação do empreendimento. Tal programa deverá contemplar o seguinte conteúdo e organização: Objetivos; Justificativa das espécies selecionadas para o monitoramento; Localização dos pontos de coleta de dados plotados em mapa (cartografia oficial, imagem de satélite ou foto aérea) com escala compatível; Metodologia; Esforço amostral; Periodicidade semestral das campanhas; Resultados obtidos; Medidas preventivas; Identificação de não conformidades; Medidas correlativas; Conclusão e recomendações e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela elaboração e implementação do Programa.

1.17 - Apresentar um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores, a ser implementado durante a operação do empreendimento. Tal Programa deverá ser elaborado por profissional devidamente habilitado e abordar no mínimo: medidas preventivas, de controle e de eliminação incluindo desratização e desinsetização; responsáveis pela implementação do Programa e suas atribuições gerenciais; formas de monitoramento; formas de registro e emissão de relatórios periódicos e cronograma de implementação.

**2 - Antes da emissão da Licença de Instalação - LI**

2.1 - Apresentar o comprovante do depósito bancário no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15.01.2014, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental - CCA da SMA.

.../...



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO**

Fl. 03/04

PROCESSO  
Nº 30/2011

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2336

**3 – Durante a instalação do empreendimento**

3.1 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios do Plano de Controle Ambiental das Obras.

**4 – Por ocasião da solicitação da Licença de Operação - LO**

4.1 - Apresentar um balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Comunicação e Participação Social e do Programa de Educação Ambiental durante a fase de execução das obras de ampliação do empreendimento.

4.2 - Apresentar relatório fotográfico e descritivo do Plano de Controle Ambiental das Obras, contendo o andamento e a comprovação da completa recuperação das áreas afetadas pelas obras na fase de instalação do empreendimento.

4.3 - Apresentar o primeiro relatório de andamento do Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna, incluindo as medidas preventivas adotadas, a eventual identificação de não conformidades e respectivas medidas corretivas, referente ao período de realização das obras de ampliação do empreendimento. Tal relatório, bem como, os demais a serem produzidos, deverá contemplar conteúdo fotográfico, descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável sempre atualizada.

4.4 - Apresentar um balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Minimização de Incômodos à População e Risco de Acidentes.

4.5 - Apresentar a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos do DAEE, a ser obtida após a emissão da LI, que permitirá a intervenção proposta na fase de instalação.

4.6 - Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado no mesmo fundo no qual foi efetuado o depósito originário.

**5 - Durante a operação do empreendimento**

5.1 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios semestrais do Programa de Monitoramento e de Minimização de Incômodos à Fauna, salientando-se que ao longo do monitoramento e com base em seus resultados, o empreendedor deverá avaliar a eficiência das medidas adotadas no empreendimento e, caso, estas não se mostrem eficientes, deverão ser adotadas outras medidas, de forma que sejam minimizados os incômodos à fauna.

5.2 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas com a tabulação e interpretação dos resultados analíticos obtidos. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do empreendimento, indicando eventuais melhorias.

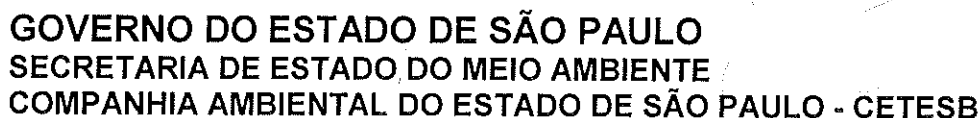
5.3 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do empreendimento, indicando eventuais melhorias.

5.4 - Disponibilizar na área do empreendimento, os relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais com a tabulação e interpretação dos resultados analíticos obtidos. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do empreendimento, indicando eventuais melhorias.

5.5 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do empreendimento indicando eventuais melhorias.

5.6 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios mensais do Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos.

5.7 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios mensais do Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos. O relatório deverá avaliar a efetividade das medidas de estabilidade geotécnica adotadas durante a operação do aterro.



## Fl. 04/04

## PROCESSO

N° 30/2011

5.8 - Apresentar o primeiro Relatório anual fotográfico e descritivo do Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna visando a segurança aeroportuária, aprovado na fase da LI.

5.9 - Disponibilizar na área do empreendimento os relatórios de acompanhamento do Programa de Controle de Reservatórios e Valores

**6 – Por ocasião da renovação da Licença de Operação - LO**

6.1 - Apresentar um balanço das ações realizadas no âmbito do Programa de Comunicação e Participação Social e do Programa de Educação Ambiental durante a operação do empreendimento.

6.2 - Apresentar Relatório consolidado das ações realizadas no âmbito do Programa de Controle de Reservatórios e Vetores durante a operação do empreendimento.

## 7 - Antes do encerramento do empreendimento

7.1 - Apresentar um Plano de Encerramento do empreendimento, contemplando o detalhamento das medidas a serem adotadas para a proteção da área e da continuidade da manutenção e monitoramento dos sistemas de proteção ambiental a serem instalados, além de eventual proposta detalhada de uso futuro.

### **8 - Após o encerramento do empreendimento**

**8.1 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante a operação do empreendimento, indicando eventuais melhorias.**

**8.2 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios do Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais. Os relatórios deverão avaliar a efetividade das medidas de controle adotadas durante e após o encerramento do empreendimento, indicando eventuais melhorias.**

8.3 - Apresentar anualmente relatório consolidado e interpretado dos relatórios mensais do Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos. O relatório deverá avaliar a efetividade das medidas de estabilidade geotécnica adotadas durante a operação do aterro.

[illegible]